



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

AVISO Nº 001/2024 – PGJ/RN

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, nos termos do artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 141/96, tendo em vista a iminente exoneração do cargo de **Assessor Jurídico Ministerial** do quadro de pessoal do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (MP/RN) e

CONSIDERANDO a necessidade de o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte utilizar as ferramentas de gestão de pessoas, no sentido da elevação da eficiência e eficácia dos seus serviços;

CONSIDERANDO o modelo de gestão de pessoas adotado pela Procuradoria-Geral de Justiça, fundamentado nos princípios da impessoalidade e publicidade;

CONSIDERANDO a necessidade de valorização da força de trabalho da instituição e a importância de estabelecer critérios objetivos e meritocráticos para ocupação dos cargos de provimento em comissão na Procuradoria-Geral de Justiça;

E, finalmente, CONSIDERANDO que a seleção é um instrumento democrático para preenchimento de cargos no MPRN, e tem se mostrado um recurso eficaz na seleção de pessoal com base no perfil e competências necessárias para ocupação do cargo,

Informa que se encontra aberta a seleção para o cargo de **Assessor Jurídico Ministerial**, de provimento em comissão, conforme perfil profissional constante do anexo I deste aviso.

O recebimento de currículos ocorrerá exclusivamente pelo link: <https://forms.gle/8mEmF4VUMKiKkLpF6>, no período de 09 a 12 de janeiro de 2024. Informações sobre o andamento do processo seletivo podem ser obtidas através da Central de Informação ao Cidadão (84) 99972-2389, ou portal do MPRN. Os currículos aceitos para o processo seletivo serão apenas aqueles enviados dentro do prazo estabelecido.

O candidato selecionado será encaminhado para nomeação pelo Procurador-Geral de Justiça, através de Resolução a ser publicada no Diário Oficial do Estado (D.O.E).

O candidato selecionado terá o prazo de cinco dias úteis, a contar da data da publicação no D.O.E. para providenciar os documentos necessários para a posse e se apresentar à Diretoria de Gestão de Pessoas, na Procuradoria Geral de Justiça.

Natal/RN, 08 de janeiro de 2023.

GIOVANNI ROSADO DIOGENES PAIVA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO, EM SUBSTITUIÇÃO

ANEXO I

Cargo	Assessor Jurídico Ministerial
Chefia imediata	Promotor de Justiça
Lotação	Promotoria de Justiça de Cruzeta
Descrição sumária das atividades Realizar atividades de nível superior, fornecendo auxílio jurídico/operacional ao exercício das funções do órgão do Ministério Público; Elaborar minutas de atos em processos administrativos e de apoio a peças jurídicas e administrativas; Manter arquivos, registros e controles de prazos e atos do órgão ministerial perante o qual officiar; Analisar e pesquisar legislação, doutrina e jurisprudência; Realizar a indexação de documentos, atender ao público, realizar atividades externas (tais como representação da Promotoria ou acompanhamento do Promotor em eventos, reuniões, vistorias e demais atividades relativas às atividades extrajudiciais da Promotoria); Confeccionar relatórios e desempenhar outras atividades correlatas delegadas pela chefia imediata ou institucional.	
Requisitos para investidura no cargo Nível superior em Direito. Perfil desejável Atuação como Estagiário de Pós Graduação (MP Residente) ou de Assessoria no Ministério Público. Experiência efetiva com procedimentos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público. Afinidade com as seguintes matérias: Patrimônio Público, Direito Processual Civil, Infância e Juventude, Direito Penal e Direito Processual Penal.	
Carga horária 40 horas semanais. Horário de trabalho Segunda a quinta-feira: 08:00 às 17:00 / Sexta-feira: 08:00 às 14:00 (presencial). O ocupante de cargo de provimento em comissão ou função de direção ou chefia fica sujeito a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da instituição, consoante parágrafo único do artigo 19, da Lei Complementar 122, de 30 de junho de 1994. Remuneração do cargo R\$ 6.274,66 + benefícios (auxílio-alimentação e auxílio-saúde). Observação Este cargo classifica-se como público de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Procurador Geral de Justiça. Para facilitar o recebimento e a seleção de currículos, solicitamos ao candidato que insira seu nome completo como título do arquivo.	

ANEXO II

Cronograma de Atividades 09/01/2024: Publicação do edital 09 a 12/01/2024: Recebimento dos Currículos 15 a 16/01/2024: Análise Curricular 17/01/2024: Entrevista Comportamental e Técnica 18/01/2024: Avaliação 19/01/2024: Resultado Final da Seleção
